

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

ARQUEOLOGIA URBANA NO CONCELHO DE LOURES

Alexandre Varanda¹

RESUMO

O enorme crescimento demográfico do concelho de Loures a partir da década de 60, tornou-o num dos concelhos periféricos de Lisboa mais densamente urbanizados. Contudo devido à ausência de um ordenamento do território esta rápida expansão traduziu-se na construção de bairros de génese ilegal, cuja construção negligenciou a existência de sítios arqueológicos. Assim sendo, este trabalho apresenta um ponto da situação do património arqueológico do concelho de Loures, e de que forma a actividade humana e o crescimento de áreas edificadas afectaram o património arqueológico da região.

Palavras-chave: Loures, Arqueologia, Crescimento Urbano.

ABSTRACT

The enormous demographic growth of the municipality of Loures since the 60's has made it one of the most densely urbanized peripheral municipalities in Lisbon. However, due to the absence of a spatial planning, this rapid expansion resulted in the construction of neighborhoods of illegal genesis, whose construction neglected the existence of archaeological sites. Thus, this work presents a situation of the archaeological heritage of the county of Loures, and how human activity and the growth of built-up areas affected the archaeological heritage of the region.

Keywords: Loures, Archaeology, Urban Growth.

1. INTRODUÇÃO

A arqueologia no actual concelho de Loures teve início no século XIX, quando surgiram as primeiras referências aos vestígios arqueológicos da região de Loures, na obra de Hübner *Corpus Inscriptionum Latinarum* (HÜBNER, 1869). No mesmo século, a realização da carta geológica do reino, cujos trabalhos de campo foram coordenados por Carlos Ribeiro, revelaram alguns indícios arqueológicos do concelho (RIBEIRO, 1880). Na viragem para um novo século apareceram referências à arqueologia concelhia no primeiro volume da obra de Leite de Vasconcelos *Religiões da Lusitânia* (VASCONCELOS, 1897).

Apesar destas primeiras referências, só no início do século XX foi reconhecida a importância das jazidas arqueológicas de Loures, em especial as de cronologia Paleolítica. Os trabalhos de Joaquim Fontes (FONTES, 1910) e de Vergílio Correia (CORREIA, 1917) permitiram identificar os sítios do Moinho da

Agonia, da Serra da Amoreira e do Casal do Monte, e da Quinta dos Alvitos, Famões, Chão de Minas, Pedreira de Odivelas e Caneças, respectivamente.

Nas duas primeiras décadas do século XX, registaram-se as primeiras referências à destruição de sítios arqueológicos por actividades humanas, nomeadamente às dos monumentos Megalíticos de Trigache, apagados do registo arqueológico pela exploração de pedreiras. Não foram publicados trabalhos sobre estes monumentos, sobrando apenas os apontamentos de um habitante da região (OLIVEIRA; ESTEVÃO, 2000).

Contudo, a grande maioria das jazidas arqueológicas foi destruída após as vagas migratórias que ocorreram depois da década de 50, quando a população que habitava a região aumentou rapidamente para mais do dobro, o que resultou no crescimento acentuado das áreas edificadas.

As medidas de protecção do património, em geral, e arqueológico, em particular, eram então quase ine-

1. Mestrando em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; luís.varanda@campus.ul.pt

xistentes, implicando assim a destruição de inúmeros sítios arqueológicos. Alguns puderam, ainda assim, ser identificados durante a sua destruição, tendo sido intervencionados por equipas de arqueologia, o que possibilitou salvar algum espólio e informação. Outros, porém, foram esquecidos ou nunca descobertos, ficando ocultados pela malha urbana.

Nestas décadas de 40 e 80 do século passado, a grande maioria dos trabalhos de arqueologia no concelho foi, sobretudo, desenvolvida pela Comissão dos Serviços Geológicos (ZBYSZEWSKI, 1963; FERREIRA, et al 1987; etc), que muitas vezes assistia à destruição de importantes jazidas enquanto as intervencionava, sendo o melhor exemplo desta situação o Casal do Monte, que foi destruído para a construção de uma urbanização.

Só na década de 80 é que se criou o sector de arqueologia do concelho, tendo-se dado início ao registo e loteamento dos bairros ilegais, o que limitou o crescimento urbano desenfreado. Na mesma década, entraram em vigor leis de salvaguarda patrimonial (Lei nº13/85 de 6 de Julho do património cultural português), e a partir daí surgiram os primeiros trabalhos de acompanhamento arqueológico em contexto de obra, permitindo assim o resgate de alguma informação das jazidas arqueológicas afectadas pelo crescimento urbano.

2. O CONCELHO

Administrativamente o concelho de Loures localiza-se no distrito de Lisboa, e integra-se na NUTT II da Grande Lisboa.

Foi elevado ao estatuto de concelho em 1886, e assim permaneceu sem alterações até 1998, quando a freguesia de Odivelas foi promovida a concelho, separando-se de Loures, reduzindo-se desta forma as dimensões da área do município de Loures e, naturalmente, a sua população.

Depois da separação de Odivelas e antes da reforma administrativa de 2013, o concelho integrava 18 freguesias: Apelação, Bobadela, Bucelas, Camarate, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria da Azóia, Santo Antão do Tojal, Santo António dos Cavaleiros, São João da Talha, São Julião do Tojal e Unhos.

Actualmente, esta realidade administrativa encontra-se reduzida a 10 freguesias. Das freguesias originais, mantêm-se apenas as de Bucelas, Fanhões, Loures e Lousa. As restantes unificaram-se dando origem às

seguintes: União de Freguesias de Camarate Unhos e Apelação; Moscavide e Portela; Sacavém e Prior Velho; Santa Iria da Azóia São João da Talha e Prior Velho; Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal; Santo António dos Cavaleiros e Frielas.

O concelho pode ser dividido em três áreas geográficas distintas, a zona Norte Rural, zona Norte Urbana, e a zona Oriental, ribeirinha ao rio Tejo.

Os serviços de arqueologia da Câmara Municipal de Loures foram criados em 1984, tendo sido dos primeiros serviços de arqueologia municipal do país. Desde então têm sofrido alterações pelas conjunturas políticas locais e nacionais. A mais profunda destas alterações ocorreu em 2014, quando os sectores de arqueologia e de museologia do concelho de fundiram num único, deixando assim de existir um sector exclusivo de arqueologia na Câmara Municipal. Os serviços de arqueologia não cessaram com esta junção, nem foram alteradas as funções dos funcionários, apenas deixaram de ser um órgão autónomo do sector de museologia (e vice-versa). Este órgão está actualmente alocado na Quinta do Conventinho, espaço que serve igualmente de Museu Municipal.

Nas suas reservas, para além dos materiais arqueológicos do concelho de Loures, estão também armazenados os espólios dos sítios localizados em Odivelas e intervencionados antes da sua promoção a concelho. Parece necessário referir, neste contexto, que as reservas da Quinta do Conventinho não têm capacidade para acolher mais espólio. A construção centenária da estrutura do edifício, e o facto de esta não ser a função para o qual foi projectado, impede a permanência de grandes pesos na estrutura superior, o que implicou já a retirada de materiais de uma das salas do primeiro piso, uma vez que o seu peso pode danificar a estrutura da Quinta do Conventinho.

O concelho foi alvo de 49 projectos de arqueologia desde a sua fundação. Destes, 29 foram de prevenção e acompanhamento arqueológico, 14 inscreveram-se em projectos de investigação, quatro desenvolveram-se no contexto de trabalhos de valorização e dois outros entram na categoria de salvamento (Gráfico 1).

A grande maioria destes trabalhos foi realizada na década passada, durante o apogeu das políticas de obras públicas, daí a grande maioria de projectos de prevenção e acompanhamento. Esta realidade diminuiu drasticamente com o início de uma nova década, onde a realização de obras públicas desceu significativamente.

3. ÁREA URBANA E DEMOGRAFIA

A partir dos anos 50 do século XX, e com o impulso industrial causado pelos planos de fomento económico do Estado Novo, associado às más condições de vida do interior português, grande parte das populações destas áreas deslocaram-se para as regiões onde as indústrias e o emprego floresciam e empregavam, massivamente, esta mão de obra. Contudo os planos de fomento e as indústrias não respondiam à necessidade de acolher estas vagas migratórias. Nem existiam os bairros de trabalhadores, com planeamento e ordenamento prévio. A resposta a estas vagas migratórias foi a construção de bairros ilegais, muitas vezes sem condições de saneamento e higiene, e sem qualidade nas construções, constituindo-se, em alguns casos, como verdadeiros “bairros de lata” (nestes o dano aos vestígios arqueológicos terá sido mínimo pela ausência de trabalhos no subsolo para a sua construção).

Como pudemos constatar pelo enorme crescimento populacional entre 1961 e 1981 (Gráfico 2), a proliferação de bairros ilegais, necessários para acolher os migrantes, foi enorme, concentram-se sobretudo junto à margem do Tejo, essencialmente pela facilidade dos acessos à metrópole, e pela proximidade das áreas industriais, onde se empregava grande parte desses migrantes.

Actualmente, existem 158 áreas urbanas de génese ilegal inventariadas no concelho. Correspondem apenas a 5% do território do município, mas albergam cerca de 30 % da população. A sua grande concentração é nas regiões ribeirinhas do rio Tejo, a área com maior densidade populacional do concelho (Figura 2, Gráfico 3).

4. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O concelho de Loures tem actualmente 174 sítios arqueológicos registados no Endovélico (móveis e imóveis), contudo na mais recente carta arqueológica de 2009, elaborada na sequência da revisão do PDM (Plano Director Municipal), estão referidos 154 sítios arqueológicos imóveis, mais 31 bens arqueológicos móveis, referindo-se ainda outros 22 sítios arqueológicos, cuja existência é apenas conhecida por intermédio de fontes escritas e pela presença de materiais destes sítios depositados nas reservas do Museu Municipal de Loures, e dos quais nenhum tem localização determinada.

Deste largo número apenas cinco sítios têm algum tipo de classificação:

1. Monumento Nacional:
Monumento Megalítico de Casaínhos
2. Imóvel de Interesse Público:
Casal do Monte; Castelo de Pirescoxe
3. Zona Especial de Protecção:
Igreja Matriz de Loures
4. Sítio de Interesse Público:
Sítio Arqueológico de Frielas

Os dados do património apresentados são apenas referentes ao património arqueológico referenciado no Endovélico. Somando todo o património classificado obtemos: três Monumentos Nacionais; dois Monumentos de Interesse Público; três Monumentos de Interesse Municipal; 14 Imóveis de Interesse Público. A pressão demográfica do concelho a partir dos anos 50 teve um enorme impacto no património arqueológico, tanto nos sítios já conhecidos e identificados como importantes jazidas arqueológicas, como nos que nunca serão conhecidos. Contudo, esta realidade não se reflecte nos dados recolhidos no Endovélico, onde apenas 16 jazidas arqueológicas têm o estado de conservação referida: quatro estão em bom estado; quatro em regular; cinco em mau estado de conservação; três sítios foram assinalados como destruídos (Gráfico 4).

Os três sítios considerados destruídos no Endovélico são Mexia, Flamenga, e a gruta do Correio-Mor. Mexia e Flamenga foram destruídos com acompanhamento arqueológico, o primeiro na sequência da construção da Linha de Alta Tensão Fanhões / Carregado / Carriche, e o segundo pelo alargamento da A8 entre o Nó de Loures e o Nó da CRIL. A gruta do Correio-Mor foi descoberta em 1974 durante a abertura de uma pedreira, e foi destruída pelos progressos na extracção de calcário dessa mesma pedreira. Contudo, ainda foi intervencionada de emergência por membros dos Serviços Geológicos de Portugal, antes da sua total destruição.

A ausência de dados no Endovélico dá uma perspectiva bastante positiva sobre a conservação dos sítios do concelho, realidade que pode ser complementada com as informações recolhidas na carta arqueológica do concelho (FRAGOSO; *et al* 2009), onde damos

conta de uma muito maior quantidade de sítios destruídos ou afectados parcialmente (pelo menos 15 sítios) pela pressão demográfica, pela exploração de recursos naturais, ou até por fenómenos naturais:

- 1) Areolas – localizado na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, junto às margens do Tejo. O sítio tem uma possível ocupação Mesolítica, e ocupações Neolíticas e Calcolíticas. Foi destruído por obras de construção civil.
- 2) Bairro Estacal Novo – localizado na União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela. O sítio é de cronologia medieval, foi destruído por obras de construção civil.
- 3) Bairro Belo Horizonte – implantado na união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela, tendo-se encontrado vestígios de cronologias do Neolítico e da Idade Média. Até ao ano 2000 encontrava-se desocupado, no entanto trabalhos de prospecção em 2008 verificaram a implantação de uma habitação sobre o local.
- 4) Capela de Nossa Senhora dos Anjos – situa-se na união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela. Foi demolida em 1995, após uma intervenção arqueológica, na sequência da construção de uma estrada.
- 5) Casal do Monte – localizado na União de Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frietas. O sítio foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1971, numa fase já avançada da sua destruição resultado da construção de uma urbanização. Apesar de se encontrar conservada uma área marginal da jazida, esta está actualmente a ser alvo do seu segundo processo de desclassificação, com o intuito de continuar com a construção da urbanização do Casal do Monte.
- 6) Ermida da Nossa Senhora da Salvação – situada na união de freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela. Foi destruída pelos arruamentos do Bairro dos Mojões (génese ilegal), restando, actualmente, uma parede do edifício religioso.

- 7) Fanhões 1 – sítio de cronologia indeterminada, conhecendo-se a sua existência pela informação oral de um dos habitantes que refere a existência de espólio osteológico humano durante a construção de uma habitação.
- 8) Loures – estação paleolítica localizada na freguesia de Loures e perto da Igreja Matriz. Foi destruída no início dos anos 80 por construções, os materiais foram recolhidos por um morador.
- 9) Moinho dos Bichos – sítio neolítico situado na freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal. Encontra-se parcialmente destruído.
- 10) Moinhos da Vaqueira – sítio Neolítico na freguesia de Loures. Foi alvo de prospecções para a construção do Hospital de Loures, tendo, no entanto, acabado por ser destruído pela construção de uma superfície comercial.
- 11) Pedreira de Salemas – sítio Paleolítico / Neolítico na freguesia de Lousa. Foi intervencionada pela Comissão dos Serviços Geológicos antes de ser destruído pelo avanço de uma pedreira.
- 12) Povoado do Catujal – localizado na União de Freguesias do Camarate, Unhos e Apelação, tem uma cronologia da Idade do Bronze. Foi destruído pela construção de um bairro clandestino no início da década de 80.
- 13) Povoado das Salemas ou Alto da Toupeira – localizado na freguesia da Lousa e com uma cronologia do Neolítico Antigo. O sítio foi identificado no topo de uma escarpa nos anos 60. Tal como a gruta do Correio-mor, foi destruído pelo avanço de uma pedreira que pôs a descoberto um corte estratigráfico o que levou à intervenção de emergência da equipa dos Serviços Geológicos de Portugal.
- 14) Torre dos Trotos – necrópole medieval localizada na freguesia de Loures, parcialmente destruída pela construção de uma estrada. Foi intervencionada antes da destruição pelo Grupo de Espeleologia de Loures em conjunto com Gustavo Marques da Câmara Municipal de Loures. Os ossos humanos recolhidos têm o paradeiro desconhecido.

- 15) Zambujal 1 – sítio de cronologia indeterminada localizado na freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal. Trata-se de uma gruta cuja entrada desmoronou, impedindo o acesso ao interior. A informação sobre a localização do sítio é apenas oral.

A juntar a estes sítios, estão as jazidas arqueológicas que nunca foram identificadas e estão ocultas na malha urbana do concelho, em especial aquelas que se localizariam junto à margem do Tejo, que, como já foi referido, é a zona com maior densidade populacional do concelho, e com mais bairros ilegais.

Prova desta realidade é a localização dos sítios arqueológicos nas freguesias distribuídas pela margem do Tejo: Moscavide e Portela; Sacavém e Prior Velho; Santa Iria da Azoia, São João da Talha e Bobadela. Nestas, os sítios arqueológicos estão localizados nas poucas áreas descampadas e baldias que permanecem sem edificações, o que sugere a existência de outros, nas proximidades, que ficaram por identificar, devido a construções anteriores ao seu reconhecimento e inventariação, ou terão mesmo sido destruídos definitivamente.

Existem ainda 21 outros sítios referidos na bibliografia ou com espólio nas reservas do concelho, mas cuja localização é desconhecida, podendo alguns deles pertencer ao conjunto atrás referido, tendo ficado ocultos pela malha urbana.

Aliado ao problema da destruição dos sítios arqueológicos, o espólio de alguns sítios também está desaparecido.

Por vezes foi roubado durante o decorrer das escavações, como no caso da jazida do Casal do Mortal (OLIVEIRA, *et al* 2000; OLIVEIRA, 2004). Outras vezes, o espólio, estando armazenado em reservas de museus, não se encontra no inventário das mesmas, como são os casos da Quinta da Farinheira 2 e 3. O espólio que adquire a conotação de “tesouro” (pela matéria-prima em que está elaborado) desaparece facilmente do registo arqueológico, sobrando apenas a sua referência, de que são exemplo o achado de moedas de prata com cronologias até Dom Sebastião, de Bucelas 6 (AZEVEDO, 1897, p 252), o Tesouro das Sete Casas (MARQUES, 1988, p 85) e o da Quinta da Bandeira (HIPÓLITO, 1960-61, p82).

Um outro problema associado aos tesouros surge no Castelo de Pirescouxe. Circulam várias lendas acerca deste edifício (No sítio da Internet “Portugal Paranormal” estão algumas das lendas associadas), numa

das quais se regista que este é local onde está escondido o tesouro de Dom Sebastião. Por este motivo o castelo tem vindo a ser alvo de constantes prospecções em seu redor, aberturas de fossas, e até demolições de paredes, ao longo de uma larga cronologia. Além do património arqueológico, o património arquitectónico do concelho de Loures também tem os seus exemplos de má conservação, sendo o mais recente o do Palácio de Valflores, em Santa Iria da Azóia, que foi classificado pela associação *Europa Nostra* como um dos 14 monumentos mais ameaçados da Europa (MARQUES; JESUS, 2015), no entanto um projecto de restauração deste palácio foi aprovado pela Camara Municipal de Loures no final do ano passado.

5. CONCLUSÃO

O enorme crescimento urbano que algumas áreas do concelho de Loures presenciaram a partir dos anos 50 do século passado, alterou a paisagem e o território de forma irreversível. Os sítios arqueológicos não escaparam a este processo, ocultados ou destruídos numa época em que as medidas de protecção patrimonial eram, no mínimo, muito rudimentares. As poucas intervenções levadas a efeito nesses anos para tentar proteger as jazidas eram também direccionadas para cronologias específicas, do interesse dos escavadores, concretamente as da Comissão dos Serviços Geológicos, não querendo com este facto criticar as escavações, que salvaram muita informação. A realidade é que muita informação foi perdida.

As áreas de dispersão dos sítios arqueológicos lidas em função da localização dos bairros ilegais permitem admitir que o grosso da afectação ocorreu nas margens do rio Tejo.

Contudo, as pedreiras de calcário na região mais a Norte do concelho também tiveram o seu papel (muito mais intenso na alteração da morfologia do território) na destruição de muitas jazidas arqueológicas.

Nos anos 80, a Câmara Municipal percebeu a necessidade de organizar o seu território, e consequentemente proteger parte dos sítios arqueológicos. A criação, a nível nacional, das leis de salvaguarda patrimonial foi certamente responsável, pelo menos em parte, pela criação do sector de arqueologia do concelho, em 1984.

As datas de destruição de sítios arqueológicos muitas vezes são incertas e pouco precisas, mas po-

demos afirmar que, em vários casos, aconteceram antes dos inícios dos anos 80, anteriores, portanto, à criação das medidas de protecção ao património. Desde a criação destas, as referências à destruição de sítios arqueológicos diminuíram drasticamente, apesar do crescimento demográfico não ter cessado. Tudo indica, assim, que a solução para esta realidade foi concretizada de forma mais organizada, impedindo assim a construção sobre sítios arqueológicos. Apesar de tudo, poucos sítios arqueológicos estão classificados e protegidos, e apenas um deles é monumento nacional.

Deve ainda referir-se que mesmo os que estão classificados não se encontram totalmente protegidos. É o caso da jazida paleolítica do Casal do Monte, que foi classificada em 1971 como imóvel de interesse público, numa fase já avançada da sua destruição por uma urbanização. As construções não avançaram mais desde então, mas actualmente já está no seu segundo processo de desclassificação. Este processo é de iniciativa camarária, justificado pela necessidade de a classificação envolver uma área marginal da jazida, e de esta já ter sido, na realidade destruída, antes da classificação, pela urbanização do Casal do Monte. Apesar e tudo, de uma forma geral, pode dizer-se que, desde a criação das medidas de protecção patrimonial e do sector de arqueologia do município de Loures, a destruição de sítios diminuiu bastante. Desde então apenas três sítios foram integralmente destruídos, tendo havido em dois deles acompanhamento arqueológico. Neste quadro, é possível concluir que as medidas de protecção salvaguardaram grande parte do património arqueológico do concelho de Loures.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Pedro A. de (1897) – Achados de moedas romanas e portuguesas no Tojal e Bucelas no séc. XVIII, *O Archeologo Português*, vol. III, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- CORREIA, Virgílio (1917) – O Paleolítico português. Descobrimientos, *Terra Portuguesa*, 2.
- FERREIRA, Octávio da Veiga; LEITÃO, Manuel; ZBYSZEWSKI, Georges; NORTH, Christopher Thomas (1987) – O Paleolítico da Gruta do Correio-Mor (Loures), *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, Setúbal, pp. 7-27.
- FONTES, Joaquim (1910) – Estação paleolítica do Casal do Monte, *O Archeologo Português*, vol. XV, Lisboa, pp. 93-96.
- FRAGOSO, Vitor; OLIVEIRA, Ana Cristina; SILVA, Ana Raquel; ESTEVÃO, Florbela; MOTA, Gizela; SANTOS, Maria Carlos; (2009) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- HIPÓLITO, M. de Castro (1960-61) – Quinta da Bandeira, Tojal, concelho de Loures, *Conimbriga*, vol. II-III, Coimbra, pp. 23-82.
- HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II, Berlim, 264 (=C.I.L. II).
- MARQUES, Gustavo (1988) – Sector de Arqueologia, *Boletim Cultural*, nº 4, C. M. Loures, pp. 85-87.
- MARQUES, Marina; JESUS, Patrícia (2015) – São precisos cinco milhões de euros para salvar o Palácio Valflores, *Diário de Notícias*, Lisboa (11 de Dezembro, 2015).
- OLIVEIRA, Ana Cristina (2004) – No seguimento da intervenção arqueológica no sítio arqueológico do Casal do Mortal (Loures), *Museus – Revista da Rede Museus de Loures*, nº 1, Câmara Municipal de Loures, Loures, pp. 7 – 8.
- OLIVEIRA, Ana Cristina; SILVA, Ana Raquel; DEUS, Maria Manuela de; ESTEVÃO, Florbela (2000) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- RIBEIRO, Carlos (1880) – Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos, em *Estudos Prehistoricos em Portugal*, II, Lisboa.
- VASCONCELOS, José Leite (1897) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1
- ZBYSZEWSKI, Georges (1963) – Jazidas quaternárias de Salemas (Loures) e de Columbeira (Bombarral), *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, 25, Lisboa.
- Página na Internet do Instituto Nacional de Estatísticas, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE (acedido durante o mês de Novembro de 2016).
- Página da Internet da Base de Dados Portugal Contemporâneo, <https://www.pordata.pt> (acedido durante o mês de Novembro de 2016).
- Página na Internet da Câmara Municipal de Loures, projecto de legalização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, <http://www.cm-loures.pt/Media/microsite/Urbanismo/audi.html> (accedida durante o mês de Junho de 2017).

Gráfico 1

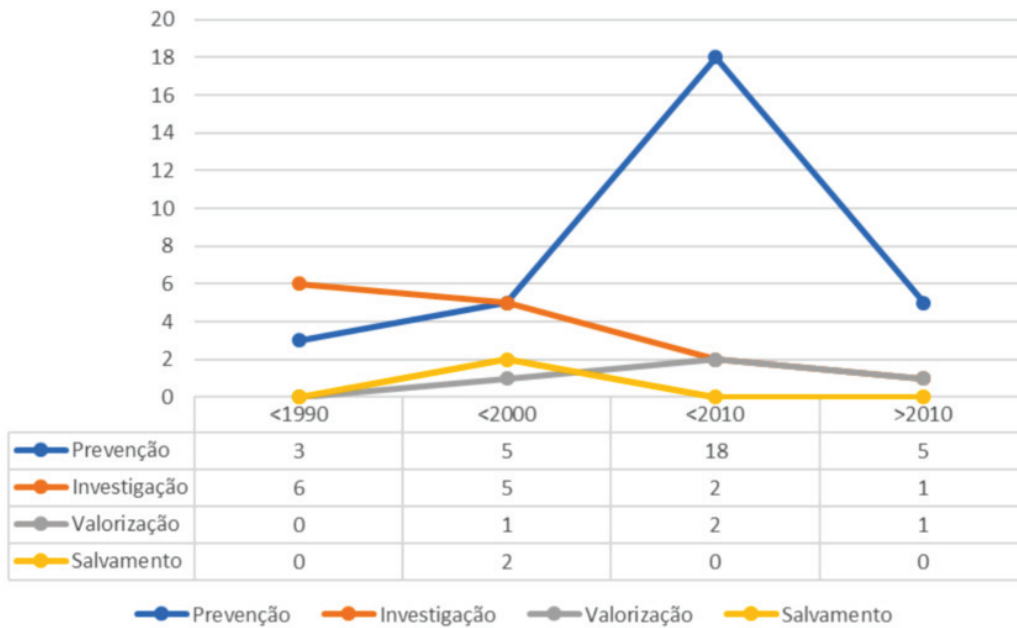


Gráfico 1 – Quantidade e natureza das intervenções arqueológicas no concelho de Loures por década (Dados do Portal do Arqueólogo).

Gráfico 2

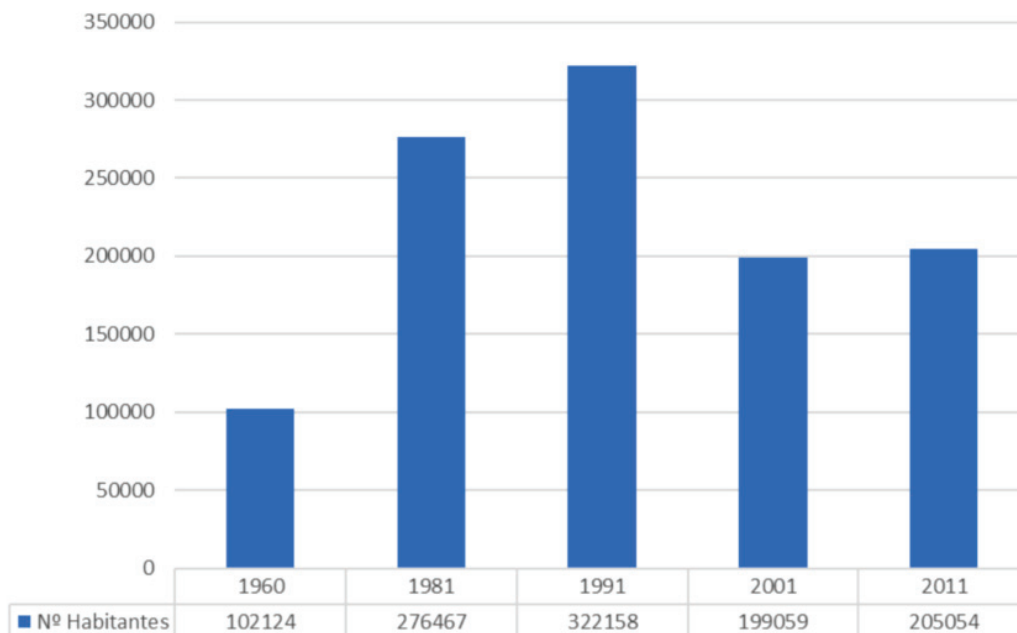


Gráfico 2 – Crescimento populacional do concelho de Loures desde 1960. De 1991 a 2001 permaneceu o aumento demográfico, contudo Odivelas tornou-se concelho em 1998 o que retirou parte da população e área geográfica a Loures (dados do Instituto Nacional de Estatísticas, consultados no Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo).

Gráfico 3

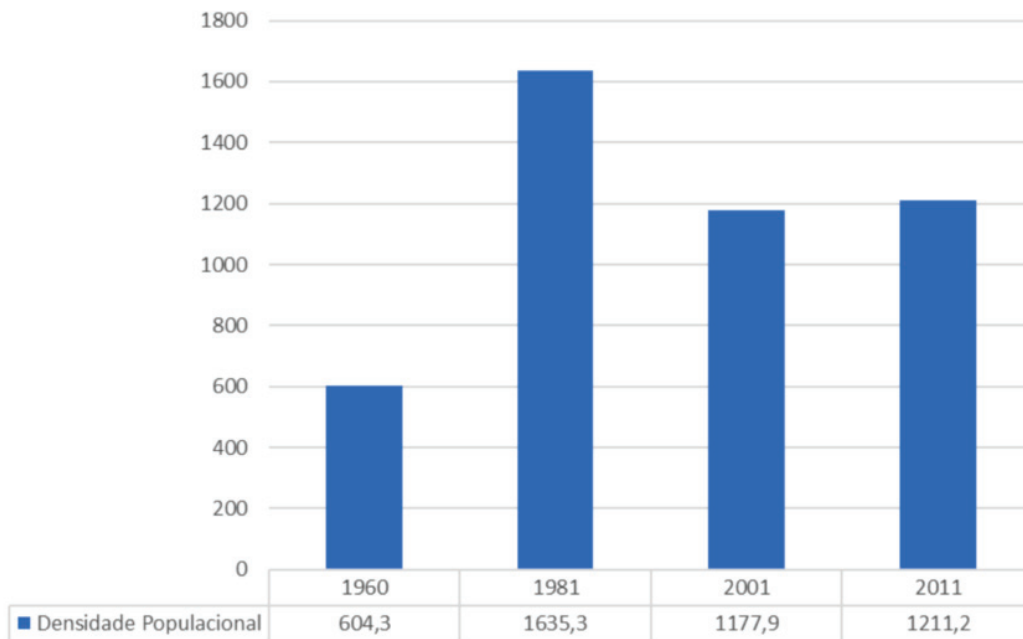


Gráfico 3 – Densidade demográfica do Concelho de Loures desde 1960. Mais uma vez com a acentuada descida resultante da origem do concelho de Odivelas (dados do Instituto Nacional de Estatísticas, consultados no Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo).

Gráfico 4

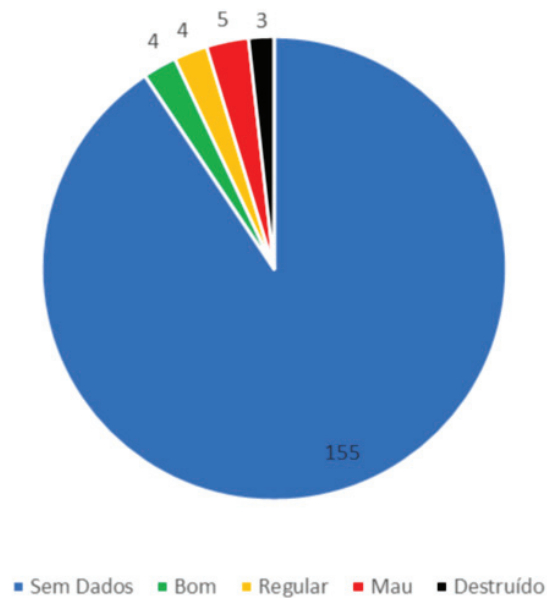


Gráfico 4 – Dados disponíveis no Portal do Arqueólogo acerca do estado de conservação dos sítios arqueológicos no concelho de Loures (dados do portal do arqueólogo).

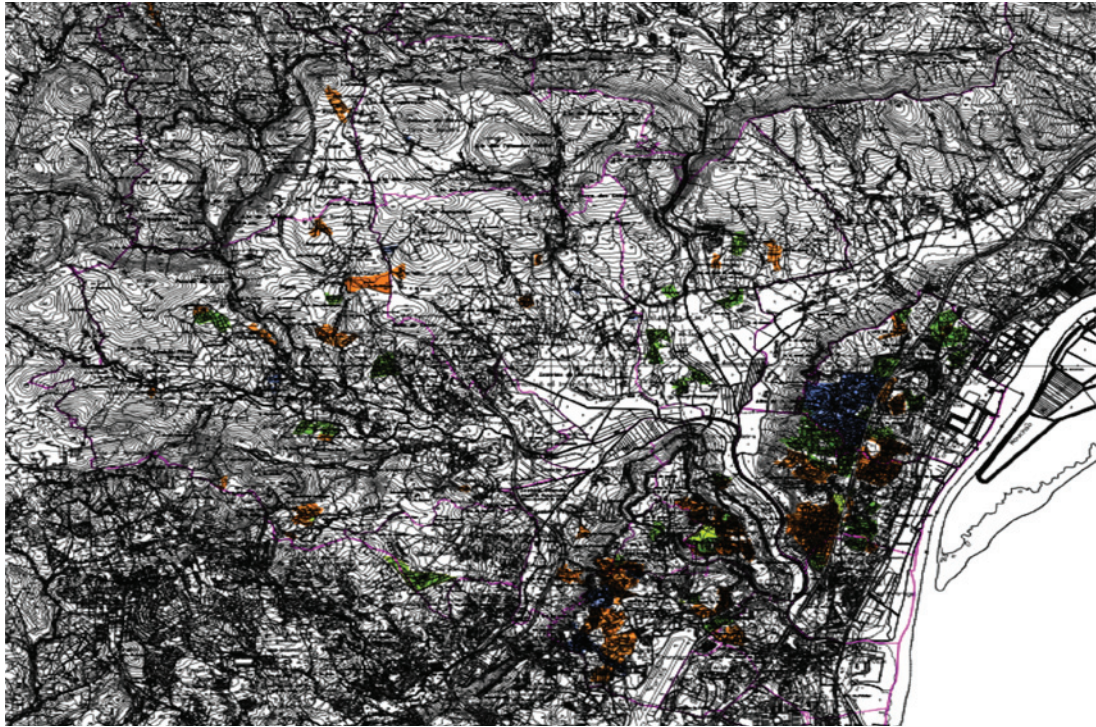


Figura 1 – Mapa com a localização dos bairros de génese ilegal no concelho de Loures (imagem retirada do site da Camara Municipal de Loures, do projecto de legalização das áreas urbanas de génese ilegal de Loures).

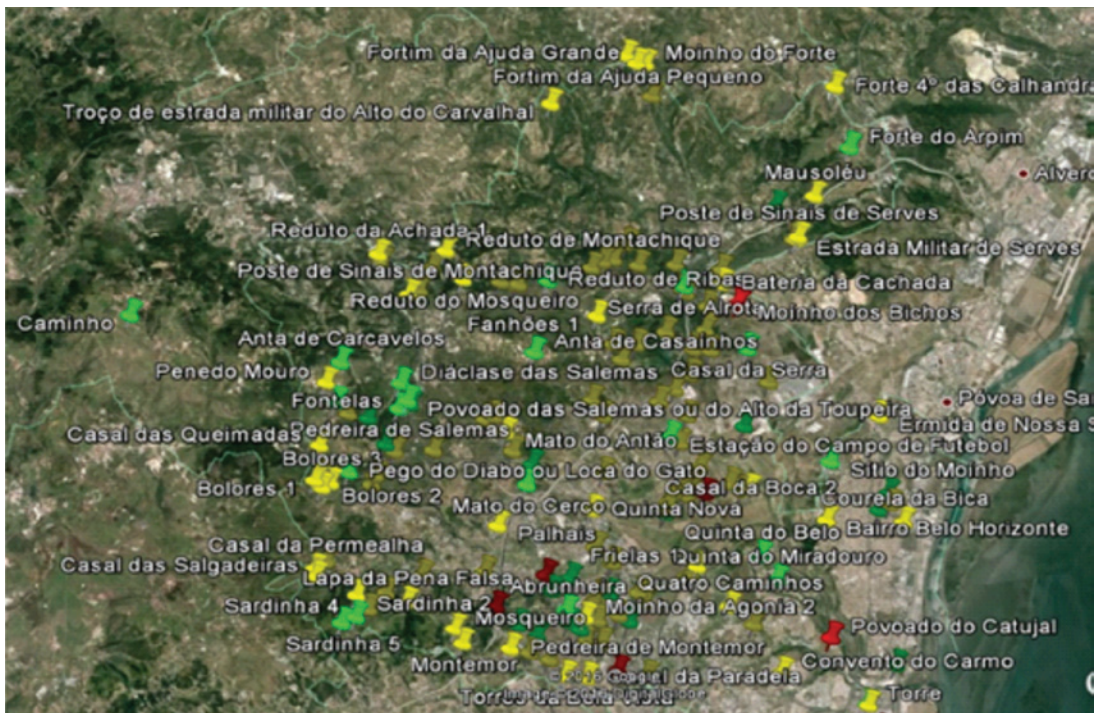


Figura 2 – Localização dos sítios arqueológicos no concelho de Loures (imagem retirado do Google Earth).

